



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**PROJETO DE LEI Nº 046/2009**

**Autoriza os titulares dos cargos de confiança, conselheiros tutelares e demais servidores efetivos, em caráter excepcional, a dirigir veículos do Município.**

**DARCI JOSÉ LAUERMANN**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Os servidores titulares dos cargos em comissão, conselheiros tutelares e demais servidores efetivos do Município poderão, em caráter excepcional, quando necessário para o cumprimento das atribuições que lhe são próprias, se não houver motorista disponível e desde que devidamente habilitados, dirigir veículo de serviço ou de representação do Município.

**§ 1º** A possibilidade de que trata o *caput* depende de autorização prévia e expressa do Prefeito ou superior hierárquico, devidamente investido de poderes para tanto.

**§ 2º** É condição para a autorização de que trata o § 1º a apresentação, pelos servidores respectivos, da Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida, em cada caso, pelo Código de Trânsito Brasileiro.

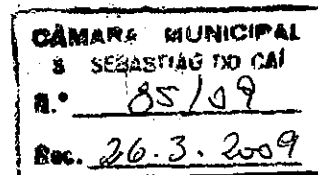
**§ 3º** Os servidores autorizados deverão assinar termo de responsabilidade em que conste a sua obrigação em verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, nos termos da lei, bem como de que são cientes da sua responsabilidade por qualquer ato doloso ou culposos que venha a cometer na direção do veículo.

**Art. 2.º** Os Anexos da Lei Municipal n.º 2.600, de 10 de dezembro de 2004, bem como demais leis posteriores que criaram novos cargos, os quais definem as atribuições e as condições de trabalho dos cargos de que trata o art. 1º, passam a vigorar com a redação determina por esta Lei, onde serão acrescentados a seguinte disposição: *"O titular deste cargo poderá, em caráter excepcional, quando necessário para o cumprimento das atribuições que lhe são próprias, e se não houver motorista disponível, desde que devidamente habilitado, ser autorizado a dirigir veículo de serviço ou de representação do Município"*

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

  
**DARCI JOSÉ LAUERMANN**,  
Prefeito Municipal.



2/3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente:  
Nobres Edis:

O Projeto de Lei que é enviado nesta oportunidade à apreciação desta Casa do Povo, trata-se, na verdade, da necessidade desta Administração Municipal em renovar-se, atualizar-se e conter gastos. Mais do que isso: busca-se agilidade dos serviços prestados à cidadão.

Não raras vezes diversos serviços prestados à sociedade travam na falta de motoristas. Toma-se um exemplo: para a Assistente Social do Município poder fazer um relatório na Vila São Martin, a servidora precisa solicitar um motorista, que pode ser um motorista ocioso que está na Educação, Saúde ou Obras. Mas aí que está o problema: motorista ocioso. Desta forma, um procedimento que pode ser feito em um turno, na maioria das vezes acaba demorando mais de uma semana.

Também não há má vontade dos secretários e motoristas. É que, realmente, os serviços de toda a municipalidade estão assoberbados.

Mas observe-se. Neste exemplo acima, a Assistente Social não estará em desvio de função, já que o veículo será apenas uma ferramenta de trabalho.

Conforme parecer da Assessoria Jurídica, os casos de servidores (que não motoristas) assumirem a direção, deverão ser bem estudados. Na delimitação dos deveres e direitos dos servidores pode-se dizer que está incluída a autorização para dirigir veículo oficial, desde atendidos certos requisitos e desde que presente o interesse público. Nessa linha, opina o TJRS que "[...] O servidor público municipal deve estar à disposição da administração para executar as tarefas necessárias ao interesse público [...]"]<sup>1</sup>.

Essa autorização<sup>2</sup>, que somente pode ser feita por lei, fica condicionada à ampla demonstração da necessidade da medida<sup>3</sup>, e somente pode servir de meio ou de instrumento para a execução das atribuições próprias do cargo.

<sup>1</sup> TJRS, AG-Int 70009936782, Antônio Prado, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Nelson Antonio Monteiro Pacheco; Julgamento dia 21/10/2004. Disponível em [www.tj.rs.gov.br](http://www.tj.rs.gov.br), acesso em 04-09-2007.

<sup>2</sup> A autorização aqui referida fica vinculada à habilitação do servidor, nos termos do Código Brasileiro de Trânsito, e à assinatura de termo de responsabilidade, instrumento no qual, sugere-se, lhe seja chamada a atenção quanto ao dever de cuidado que deverá dispensar ao veículo e à sua condução, sobretudo em razão da responsabilidade objetiva da Administração (art. 37, § 6.º da CF).

<sup>3</sup> A necessidade se justifica, notadamente, naqueles casos cujas atribuições próprias do cargo impõem constantes e necessários deslocamentos, como são exemplos os fiscais e os profissionais que atuam nos Programa Saúde da Família.

*Ass:*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Isto significa dizer que os autorizados não poderão dirigir veículo em substituição aos motoristas e/ou com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de outras tarefas que não as próprias e específicas de seus respectivos cargos, sob pena de restar configurada a violação ao princípio do concurso público (art. 37, II da CF) ou o desvio de função, situações que podem acarretar a responsabilização do administrador (CF, art. 37, § 2.º da CF).

Assim, remete-se o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Vereadores.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, em 23 de março de 2009.

  
**DARCI JOSÉ LAUERMANN,**  
Prefeito Municipal.